

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Demonstrações contábeis em

31 de dezembro de 2023

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2023

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	01
BALANÇO PATRIMONIAL	07
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	08
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	09
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	11
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12

NOTAS EXPLICATIVAS

1.	CONTEXTO OPERACIONAL	12
2.	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12
3.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	15
4.	ASSUNTOS REGULATÓRIOS	25
5.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26
6.	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	26
7.	PARTES RELACIONADAS	27
8.	ATIVOS DE CONTRATO	29
9.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	30
10.	DEBÊNTURES	30
11.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS	32
12.	PIS E COFINS DIFERIDOS	34
13.	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS	35
14.	DIVIDENDOS A PAGAR	35
15.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36
16.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	38
17.	CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	39
18.	RESULTADO FINANCEIRO	39
19.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	39
20.	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	47
21.	EVENTOS SUBSEQUENTES	47

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

À Diretoria da

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.
Brasília – Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração de ativos contratuais de transmissão

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 769.968 mil.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Controles gerais de tecnologia de informação

A Companhia, impactada pelos seus elevados números de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. Dessa forma, a eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros significativos. Essa estrutura complexa, que envolve serviço público de distribuição de energia elétrica, encontra-se com diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários. Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Diretoria da Companhia. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Envolvemos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos.

A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a realização de testes para controles compensatórios, complementados quando de sua ausência ou ineficácia por avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria.

Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	177	163	Fornecedores		4.922	5.784
Aplicações financeiras	6	35.460	34.982	Empréstimos e financiamentos	9	16.674	16.368
Contas a receber		13.126	9.509	Debêntures	10	5.739	2.506
Serviços pedidos		260	-	Dividendos a pagar	14	1.588	6.381
Impostos e contribuições a recuperar		695	703	Impostos e contribuições a recolher		1.700	1.633
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		11.152	12.418	Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	11	4.527	2.576
Adiantamento a fornecedores		1.858	1.905	PIS e COFINS diferidos	12	3.960	3.521
Outras contas a receber		782	1.600	Encargos setoriais		1.202	757
Ativos de contrato	8	115.834	102.657	Outras contas a pagar		2.842	1.104
Total do ativo circulante		179.344	163.937	Total do passivo circulante		43.154	40.630
Não circulante				Não circulante			
Aplicações Financeiras	6	11.437	10.379	Empréstimos e financiamentos	9	321.121	337.018
Intangível		336	350	Debêntures	10	51.616	53.552
Ativos de contrato	8	654.134	646.327	PIS e COFINS diferidos	12	87.780	81.578
Total do ativo não circulante		665.907	657.056	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	11	92.658	84.390
				Total do passivo não circulante		553.175	556.538
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15.1	94.888	94.888
				Reserva de lucros	15.2	154.034	128.937
				Total do patrimônio líquido		248.922	223.825
Total do ativo		845.251	820.993	Total do passivo e patrimônio líquido		845.251	820.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	16	14.198	8.296
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquida	16	97.985	79.618
Receita operacional líquida		112.183	87.914
Custo dos serviços prestados	17	(8.105)	20.832
Lucro bruto		104.078	108.746
Despesas gerais e administrativas	17	(1.474)	(996)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		847	(60)
Total de receitas (despesas) operacionais		(627)	(1.056)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		103.451	107.690
Receitas financeiras	18	7.503	2.925
Despesas financeiras	18	(34.910)	(39.350)
Resultado financeiro		(27.407)	(36.425)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		76.044	71.265
Imposto de renda e contribuição social - correntes	11	(4.533)	(2.631)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11	(8.268)	(13.307)
Impostos sobre o lucro		(12.801)	(15.938)
Lucro líquido do exercício		63.243	55.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	63.243	55.327
Total de outros resultados abrangentes	63.243	55.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	63.243	55.327
Ajuste para:		
Amortização do intangível	14	12
Margem da receita de construção	-	(32.539)
Remuneração dos ativos de contrato	(112.615)	(92.991)
Receita de operação e manutenção	(16.694)	(7.642)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	28.935	35.711
Rendimentos de aplicações financeiras	(7.867)	(3.060)
PIS e COFINS diferidos	6.641	8.300
Imposto de renda e contribuição social (correntes)	4.533	2.631
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	8.268	13.307
	<u>(25.542)</u>	<u>(20.944)</u>
Variações em:		
Contas a receber	104.708	98.254
Impostos e contribuições a recuperar	8	(36)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(1.303)	(3.045)
Ativos de contrato	-	(92)
Adiantamento a fornecedores	47	(57)
Outros ativos circulantes	558	(772)
Fornecedores	(862)	910
Impostos e contribuições a recolher	67	68
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	(13)	2.239
Encargos setoriais	445	330
Outras contas a pagar	1.738	243
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>105.393</u>	<u>98.042</u>
Juros pagos de empréstimos e financiamentos e debêntures	(26.826)	(46.601)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(2.298)
	<u>(26.826)</u>	<u>(48.899)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>53.025</u>	<u>28.199</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aplicação financeira	6.331	(21.437)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>6.331</u>	<u>(21.437)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos, líquido dos custos de transação	-	4.017
Amortização de empréstimos e financiamentos	(14.909)	(9.720)
Amortização de debêntures	(1.494)	-
Dividendos pagos	(42.939)	(1.045)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(59.342)</u>	<u>(6.748)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>14</u>	<u>14</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	163	149
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>177</u>	<u>163</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>14</u>	<u>14</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para investimento e expansão	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	94.888	7.562	45.609	-	21.820	1.045	-	170.924
Dividendos adicionais distribuídos - 2021	-	-	-	-	-	(1.045)	-	(1.045)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	55.327	55.327
Destinação do lucro								-
Reserva legal	-	2.356	-	-	-	-	(2.356)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	8.217	-	-	(8.217)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(933)	-	-	-	-	(933)
Constituição de reserva para investimento e expansão	-	-	-	-	39.076	-	(39.076)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(448)	(448)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	5.230	(5.230)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	94.888	9.918	44.676	8.217	60.896	5.230	-	223.825
Dividendos adicionais distribuídos 2022	-	-	-	-	-	(5.230)	-	(5.230)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	63.243	63.243
Destinação do lucro								-
Reserva legal	15.2.b)	2.534	-	-	-	-	(2.534)	-
Reserva de incentivos fiscais	15.2.a)	-	-	12.566	-	-	(12.566)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	15.2.c)	-	(1.107)	-	-	-	-	(1.107)
Constituição de reserva para investimento e expansão	15.2.d)	-	-	-	6.647	-	(6.647)	-
Dividendos intermediários distribuídos	-	-	-	-	(11.500)	-	(19.828)	(31.328)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(481)	(481)
Dividendos adicionais propostos	15.2.e)	-	-	-	-	21.187	(21.187)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	94.888	12.452	43.569	20.783	56.043	21.187	-	248.922

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Receitas		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura	-	2.664
Receita de remuneração de ativos de contrato	112.615	92.991
Receita de operação e manutenção	16.694	7.642
Outras receitas	-	-
	129.309	103.297
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos de construção	-	(92)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.948)	(5.100)
Ativos de contrato - perda de realização	-	29.967
	(5.948)	24.775
Valor adicionado bruto	123.361	128.072
Amortização	(14)	(12)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	123.347	128.060
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.870	3.068
	7.870	3.068
Valor adicionado total a distribuir	131.217	131.128
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	2.455	2.197
Benefícios	69	-
FGTS	52	-
	2.576	2.197
Tributos		
Federais	30.484	34.250
	30.484	34.250
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	27.762	34.552
Aluguéis	4	4
Despesas financeiras	7.148	4.798
	34.914	39.354
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	41.496	448
Lucro retidos	21.747	54.879
	63.243	55.327
Valor adicionado	131.217	131.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A., companhia do grupo Equatorial Energia S.A., domiciliada no Brasil, na cidade de Brasília, Distrito Federal, no Q ST SCS - B, Quadra nº 09, nº 09 Bloco A, Sala 1201, Parte 2, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa-Republicação, consistente na linha de Transmissão Barreiras II - Buritirama, em 500(*) kV, primeiro circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 213(*) km, com origem na subestação Buritirama e término na subestação Barreiras II; pela subestação Buritirama, em 500(*) kV.

(*) Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 08/2017 – ANEEL, assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do Poder Concedente

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1547/2019, com validade pelo período de seis anos, contados a partir de sua assinatura em 27 de dezembro de 2019, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2024.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultados e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

2.4.1 Julgamentos sobre premissas e estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Ativos de contrato	3.2 e 8	- Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e - Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.5.2 e 11	Estimativas das diferenças temporárias
Receita operacional líquida	3.1 e 16	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Instrumentos financeiros	3.7 e 19	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

2.4.2 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 19 – Instrumentos Financeiros.

3. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.10.2 - Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.1 Receita operacional

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

(a) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura

As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos.

(b) Receita de operação e manutenção (O&M)

A receita de O&M é cumprir é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção.

(c) Remuneração dos ativos da concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração de ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

3.2 Ativos de contrato

O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria.

A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato.

Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) Implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M).

À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL, e início da fase de operação. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que a Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro.

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.4 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

3.4.1 Benefícios fiscais

SUDENE

Adicionalmente, em 21 de outubro de 2020, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 79/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 2 SPE S.A o direito a redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) sob a justificativa de implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE, com o prazo de vigência de 2021 até o ano de 2030.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia.

3.5.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente.

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e provisões para participação nos lucros, honorários e licença prêmio entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.6 PIS e COFINS diferidos

Sobre as receitas auferidas durante a fase de construção e sobre remuneração do ativo de contrato há o diferimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), considerando as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. A realização dos referidos tributos diferidos ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão por meio da RAP após a entrada em operação.

3.7 Instrumentos financeiros

3.7.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Os contos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contos a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contos a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.7.2 Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado

3.7.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(c) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8 Capital social

(a) Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.9 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “Dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

3.10 Principais mudanças nas políticas contábeis

3.10.1 Novas normas, alterações e interpretações

O CPC emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 47, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	03/11/2022	01/01/2023	Não houve impacto relevante nas políticas contábeis da Companhia

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

3.10.2 Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses. Medida Provisória nº 1.185 - Reflexo tributário das Subvenções para Investimento O Governo Federal publicou a MP nº 1.185, que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para a implantação ou a expansão de empreendimento econômico, e revoga o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014.	IAS 1	Emissão a nível de IASB	01/01/2024	O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. A Companhia avaliou os efeitos desta decisão e não identificou nenhuma aplicação direta ou reflexa para exercício.

4. Assuntos regulatórios

A Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão a Receita Anual Permitida (RAP) que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP da Companhia é de R\$ 98.184, homologado pela REH 3.216/2023.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,39% a RAP.

A Companhia tem prazo de duração de 30 (trinta) anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	26	20
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	151	143
Total	177	163

- (a) Referem a Fundos de Investimentos e Certificados de Depósitos Bancários (CDB) de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 92,52% a.a. do CDI (92,38% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022).

6. Aplicações financeiras

	2023	2022
Circulante		
Fundo de Investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	35.460	34.982
Não circulante		
Recursos Vinculados (b)	11.437	10.379
Total	46.897	45.361

- (a) Os Fundos de Investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do PL); e
- (b) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos público.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 101,46% a.a. do CDI (99,96% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

7. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		2023		2022	
Empresas	Nota	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado (Despesas)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	96	-	94	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	175	-	162	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	54	-	55	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	62	-	62	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	201	-		-
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	10	-	166	
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	183	-	10	-
Total		781	-	163	-
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	12	37	-	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	66	52	-	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	5	16	-	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	8	26	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	7	21	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	1	3	-	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(b)	-	-	7	7
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	-	1	10	10
Equatorial Transmissão 4 SPE S.A.	(b)	-	2	-	-
Equatorial Transmissão 8 SPE S.A.	(b)	-	1	-	-
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(b)	-	1	-	-
Total		99	160	17	17
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Serviços S.A.	(c)	(4)	(14)	(2)	(12)
Instituto Equatorial	(d)	-	-	(258)	(258)
Total		(4)	(14)	(260)	(270)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(89)	(296)	(78)	(331)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(11)	(117)	(23)	(115)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(10)	(55)	(22)	(47)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	(9)	(36)	(9)	(41)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	(9)	(42)	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	(3)	(9)	(1)	(1)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(b)	(1.100)	(255)	-	-
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(b)	-	(1)	-	-
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(b)	(1)	(2)	-	(1)
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(e)	(1.142)	(4.066)	(852)	(1.617)
Total		(2.374)	(4.879)	(985)	(2.153)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(f)	(1.588)	-	(6.381)	-
Total		(1.588)	-	(6.381)	-

- (a) Valores referem-se a Receita Anual Permitida (RAP) faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021;

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

- (c) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (d) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (e) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. (Contratante) e a Equatorial Transmissão S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, *pro rata*, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; e
- (f) A variação do exercício está demonstrada na nota explicativa nº 14 Dividendos a pagar.

7.1 Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o pessoal-chave da Administração conta com 05 membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Transmissão S.A. e compartilhadas para as controladas. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 120 (R\$ 191 em 31 de dezembro de 2022).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

7.2 Garantias e fianças

A Equatorial Energia S.A. (1) e Equatorial Transmissão S.A. (2), partes relacionadas da Companhia, prestam garantias como avalista (s) ou fiadora (s) da Companhia com ônus^(*) nos contratos de financiamentos, conforme abaixo listados:

Instituição	Valor Contratado	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2023 (b)
Banco do Nordeste (BNB) (2)	353.047	100	19/06/2018	15/07/2038	350.060	337.795
1ª Emissão Debêntures Série Única (2)	45.000	100	04/02/2019	15/01/2033	45.000	57.355
Apólices de Seguros (1)	650	100	29/04/2023	11/05/2028	N/A	N/A
Total	398.697				395.060	395.150
Fianças (a)						
Fiança Santander (2)	84.135	100	14/11/2022	14/11/2024	N/A	N/A
Fiança Bradesco (2)	49.511	100	13/11/2023	11/11/2025	N/A	N/A
Fiança Alfa (2)	31.101	100	11/03/2022	11/03/2026	N/A	N/A
Fiança Alfa (2)	66.050	100	15/05/2023	15/05/2025	N/A	N/A
Fiança Bradesco (2)	125.777	100	24/07/2023	24/07/2025	N/A	N/A
Total	356.574	-	-	-	-	-

- (a) As fianças bancárias garantem o saldo do BNB; e
- (b) Os valores atualizados das debêntures e empréstimos, estão líquidos do custo de captação.

(*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Ativos de contrato

Os ativos de contrato estão constituídos conforme a seguir demonstrado:

	2022	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	2023
Ativos de contrato em serviço	748.984	16.694	112.615	(108.325)	769.968
Total	748.984	16.694	112.615	(108.325)	769.968
Circulante	102.657				115.834
Não Circulante	646.327				654.134

	2021	Adições	Remuneração	Amortização	Ganho de realização	2022
Ativos de contrato em serviço	714.820	10.306	92.991	(99.100)	29.967	748.984
Total	714.820	10.306	92.991	(99.100)	29.967	748.984
Circulante	92.801					102.657
Não Circulante	622.019					646.327

- (a) O saldo dessa conta decorre da contrapartida de Receita de manutenção e operação reconhecida no exercício, conforme nota explicativa nº 16;
- (b) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA); e
- (c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final da concessão do empreendimento.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

9. Empréstimos e financiamentos

9.1 Composição dos saldos

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	2023		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Nordeste (BNB)	IPCA + 2,08%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	16.802	322.854	339.656
(-) Custo de captação	-	-	(128)	(1.733)	(1.861)
Total empréstimos e financiamentos			16.674	321.121	337.795

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	2022		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Nordeste (BNB)	IPCA + 2,08%	Aval/Fiança + Fiança Bancária + Conta Reserva	16.496	338.879	355.375
(-) Custo de captação	-	-	(128)	(1.861)	(1.989)
Total empréstimos e financiamentos			16.368	337.018	353.386

9.2 Movimentação dos empréstimos

	Moeda Nacional		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16.368	337.018	353.386
Encargos	23.257	-	23.257
Transferências	15.897	(15.897)	-
Amortização de Principal	(14.909)	-	(14.909)
Pagamentos de juros	(24.067)	-	(24.067)
Custo de captação (a)	128	-	128
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.674	321.121	337.795

	Moeda Nacional		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.589	351.644	373.233
Ingressos	-	4.017	4.017
Encargos	33.862	(4.185)	29.677
Transferências	14.458	(14.458)	-
Amortização de Principal	(9.720)	-	(9.720)
Pagamentos de juros	(43.949)	-	(43.949)
Custo de captação (a)	128	-	128
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16.368	337.018	353.386

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição.

9.3 Cronograma de amortização da dívida

Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

	2023	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	16.674	5%
2025	16.849	5%
2026	17.721	5%
2027	18.645	6%
2028	19.622	6%
Até 2038	250.017	74%
Subtotal	322.854	96%
Custo de captação (Não circulante)	(1.733)	-1%
Não circulante	321.121	95%
Total	337.795	100%

9.4 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e fidejussórias e *covenants*, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

10. Debêntures

10.1 Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.506	53.552	56.058
Encargos	2.762	-	2.762
Transferência	3.352	(3.352)	-
Amortização do principal	(1.494)	-	(1.494)
Pagamento de juros	(2.759)	-	(2.759)
Variação monetária	1.181	1.416	2.597
Custo de captação (a)	191	-	191
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.739	51.616	57.355
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.005	51.799	52.804
Encargos	2.708	-	2.708
Transferência	955	(955)	-
Pagamento de juros	(2.652)	-	(2.652)
Variação monetária	300	2.708	3.008
Custo de captação (a)	190	-	190
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.506	53.552	56.058

- (a) O efeito positivo no custo de captação ocorreu em função da amortização.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

10.2 Características das Debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Vencimento	2023		
								Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	5.739	51.616	57.355

- (1) Emissão pública de debêntures simples
- (3) Não conversíveis em ações
- (4) Espécie quirografária
- (5) Debêntures incentivadas
- (6) Garantia adicional fidejussória

- (a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

10.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	2023	
	Valor	%
Circulante	5.739	10%
2025	6.309	11%
2026	5.333	9%
2027	5.630	10%
2028	6.547	11%
Até 2033	29.377	51%
Subtotal	53.196	93%
Custo de captação (Não circulante)	(1.580)	-3%
Não circulante	51.616	90%
Total	57.355	100%

10.4 Covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme segue:

- (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2023; e
- (ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão, sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação demonstrações contábeis relativas aos exercícios encerrados entre 31 de dezembro de 2023.

Covenants debêntures

Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: <=4,5
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=5,0

1ª debêntures

3,7
4,7

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente, aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

11.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada conforme a seguir:

	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	76.044	76.044	71.265	71.265
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal [A]	19.011	6.844	17.816	6.414
Adições:				
Custo de construção - CPC 47	-	-	23	8
Remuneração RAP - Ativo de Contrato (a)	20.364	7.331	18.940	6.819
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	50	18	-	-
Outras provisões permanentes	45	16	-	-
Total de adições [B]	20.459	7.365	18.963	6.827
Exclusões:				
Reconhecimento dos ativos de contrato - CPC 47	(26.494)	(9.537)	(28.501)	(10.260)
Outras provisões permanentes (Exclusões)	(2)	-	-	-
Outras exclusões permanentes	(408)	(139)	(61)	(14)
Total de exclusões [C]	(26.904)	(9.676)	(28.562)	(10.274)
Compensações:				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - realizados [D]	-	-	-	(336)
Deduções:				
IRPJ subvenção governamental (E) (b)	(12.566)	-	(8.217)	-
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício (A+B+C+D+E)	-	(4.533)	-	(2.631)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	(6.080)	(2.188)	(9.538)	(3.769)
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	(6.080)	(6.721)	(9.538)	(6.400)
Alíquota efetiva	8%	9%	13%	9%

(a) Ajuste realizado nos termos dos artigos 168 e 169 da IN 1.700/2017, que trata do diferimento da tributação do lucro de Ativo Financeiro; e

(b) Conforme nota explicativa nº 3.4 - Subvenções e assistências governamentais.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

11.2 Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	Reconhecimento no resultado	2023		
			Valor líquido em 2023	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	942	-	942	942	-
Base negativa de CSLL	(7)	-	(7)	(7)	-
Custo/ Receita – CPC 47	(85.325)	(8.336)	(93.661)	-	(93.661)
Provisão para participação nos lucros	-	68	68	68	-
Total	(84.390)	(8.268)	(92.658)	1.003	(93.661)

11.3 Movimentação de impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2021	4
IRPJ e CSLL correntes do exercício	2.631
Tributos retidos/antecipações IR/CS	(59)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.576
IRPJ e CSLL correntes do exercício	4.533
Reclassificação de IRPJ e CSLL	(2.569)
Pagamentos/antecipações de IRPJ e CSLL	-
Tributos retidos IR/CS	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.527

11.4 Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2024, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2024	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos a realizar	1.003	1.003

12. PIS e COFINS diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	2023	2022
Base de cálculo da receita		
Receita de construção e melhoria de infraestrutura	-	2.664
Receita de ativo de contrato no exercício	112.615	92.991
Ganho na realização do ativo de contrato	-	29.967
	112.615	125.622
PIS/COFINS sobre a receita de construção/ativo de contrato no exercício (9,25%) (i) / (a)	10.417	11.620
Amortização de PIS/COFINS (ii)	(3.776)	(3.320)
Saldo no início do exercício (iii)	85.099	76.799
Saldo no final do exercício (i + ii +iii)	91.740	85.099

(a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído durante a concessão conforme tributação da receita do mês.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Provisão para riscos judiciais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

13.1 Tributárias

Existem contingências tributárias, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro 2023 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 584 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foi constituída provisão.

14. Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	63.243	55.327
(-) Reserva legal	(2.534)	(2.356)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(12.566)	(8.217)
Lucro líquido ajustado	48.143	44.754
Dividendos mínimos:		
Dividendos mínimos obrigatórios	481	448
Dividendos adicionais:		
Realização da reserva de lucros a realizar	1.107	933
Dividendos adicionais propostos	21.187	5.230
Dividendos intermediários distribuídos - Lucros acumulados	19.828	-
Dividendos intermediários distribuídos - Reserva para investimento e expansão	11.500	-
Total dividendos	54.103	6.611

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.000
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	1.045
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	448
Dividendos da reserva de lucro a realizar	933
Pagamento de dividendos no exercício	(1.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.381
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	5.230
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	481
Dividendos intermediários distribuídos de 2023	31.328
Dividendos da reserva de lucro a realizar	1.107
Pagamento de dividendos no exercício	(42.939)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.588

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito era de R\$ 103.076 e totalmente integralizado era de R\$ 94.888.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital estava representado por 103.075.805 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

15.2 Reserva de lucros

	Nota	2023	2022
Reserva de incentivos fiscais	(a)	20.783	8.217
Reserva legal	(b)	12.452	9.918
Reserva de lucros a realizar	(c)	43.569	44.676
Reserva para investimento e expansão	(d)	56.043	60.896
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	21.187	5.230
Total		154.034	128.937

(a) Reserva de incentivos fiscais

A CVM, através da Deliberação nº 555, aprovou o pronunciamento técnico CPC 07(R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 12.566 (R\$ 8.217 em 31 de dezembro de 2022), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real, resultando em um saldo de R\$ 20.783 (R\$ 8.217 em 31 de dezembro de 2022).

(b) Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal correspondia a R\$ 12.452 (R\$ 9.918 em 31 de dezembro de 2022).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	63.243	55.327
(-) Reserva de incentivo fiscal	(12.566)	(8.217)
Lucro ajustado	50.677	47.110
(-) Reserva legal (5%)	2.534	2.356

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude da Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros a realizar era de R\$ 43.569 (R\$ 44.676 em 31 de dezembro de 2022). No exercício de 2023 houve realização da reserva no montante de R\$ 1.107 (R\$ 933 em 31 de dezembro de 2022).

A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP.

Movimentação da reserva de lucros a realizar

	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	44.676	45.609
Realização	(1.107)	(933)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	43.569	44.676

(d) Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 33, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua controladora. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva para investimento e expansão era de R\$ 56.043 (R\$ 60.896 em 31 de dezembro de 2022). A movimentação refere-se à destinação de R\$ 11.500 para pagamento de dividendos intermediários e à constituição de R\$ 6.647 provenientes do lucro do exercício.

(e) Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 25 de março de 2024, conforme divulgado em nota explicativa nº 21 – Eventos subsequentes, foi aprovada a distribuição na integralidade da reserva no montante de R\$ 21.187 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 5.230 em 31 de dezembro de 2022).

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

16. Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura e outras		
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura (a)	-	2.664
Receita de operação e manutenção (b)	16.694	7.642
	16.694	10.306
Deduções da receita		
PIS/COFINS corrente	(1.184)	(529)
PIS/COFINS diferidos	-	(246)
Encargos do consumidor (c)	(1.312)	(1.235)
	(2.496)	(2.010)
Receita de implementação de infraestrutura e outras, líquidas	14.198	8.296
Receita de remuneração de ativos de contrato (d)		
Remuneração de ativos de contrato	112.615	92.991
PIS/COFINS corrente	(7.990)	(4.771)
PIS/COFINS diferidos	(6.640)	(8.602)
Receita de remuneração de ativos de contrato, líquidas	97.985	79.618
Receita operacional líquida	112.183	87.914

- (a) A redução da receita de construção e melhoria de infraestrutura é reflexo da finalização da obra;
- (b) O aumento da receita de operação e manutenção é reflexo dos custos com aquisição e montagem de reator nas subestações Barreiras II e Rio das Éguas, conforme nota explicativa 17 – Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas;
- (c) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; e
- (d) Remuneração financeira é proveniente da atualização dos ativos de contrato.

16.1 Margens das obrigações de *performance*

	2023	2022
Implementação e melhoria de infraestrutura		
Receita, líquida de PIS e COFINS diferidos	-	2.418
Ganho/perda de margem pela realização (líquida de PIS e COFINS diferidos)	-	27.195
Custo	-	(92)
Margem (R\$)	-	29.521
Margem percebida (%) (*)	%	99,69%
Margem orçada no início do contrato	18,52%	18,52%
Operação e manutenção		
Receita, líquida de PIS e COFINS diferidos (**)	16.694	6.935
Custo	(8.105)	(6.271)
Margem (R\$)	8.589	664
Margem percebida (%) (***)	51,45%	9,57%
Margem orçada no início do contrato	18,52%	18,52%

(*) A margem percebida da receita de implementação e melhoria da infraestrutura considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de construção apurado para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção e compreende apenas o ano de 2022 e

(**) A margem percebida da receita de operação e manutenção considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de operação apurado para o empreendimento de 2023, com variação de 58% da receita maior que 2022, decorrente do aumento dos custos de operação e reversão na linha de perda e ganho.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

(***) A margem percebida da receita de operação e manutenção considera o efeito dos custos efetivamente incorridos, incrementados pela variação na margem de operação apurado para o empreendimento, sendo os ganhos e perdas (eficiências ou ineficiências na operação) identificados ao longo da fase de operação.

17. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	2023				Despesas gerais e administrativas
	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	
Pessoal	-	(2.019)	(1)	(2.020)	(746)
Material	-	(216)	-	(216)	-
Serviços de terceiros	-	(5.495)	(360)	(5.855)	(661)
Arrendamento e aluguéis	-	-	-	-	(4)
Amortização do ativo intangível	-	-	(14)	(14)	-
Outros	-	-	-	-	(63)
Total	-	(7.730)	(375)	(8.105)	(1.474)

	2022				Despesas gerais e administrativas
	Custo de construção	Custo de O&M	Outros custos	Total	
Pessoal	-	(1.826)	(7)	(1.833)	(378)
Material	(65)	(312)	-	(377)	-
Serviços de terceiros	(12)	(3.854)	(142)	(4.008)	(566)
Arrendamento e aluguéis	-	-	(1)	(1)	(3)
Amortização do ativo intangível	-	-	(12)	(12)	-
Variações das margens dos ativos de contrato	-	-	27.195	27.195	-
Outros	(15)	(3)	(114)	(132)	(49)
Total	(92)	(5.995)	26.919	20.832	(996)

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira (a)	7.867	3.060
PIS/COFINS sobre receita financeira	(367)	(143)
Outras receitas financeiras	3	8
Total de receitas financeiras	7.503	2.925
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (b)	(25.165)	(31.544)
Variação monetária da dívida	(2.597)	(3.008)
Despesas Financeiras com P & D	(159)	(85)
Outras despesas financeiras	(6.989)	(4.713)
Total de despesas financeiras	(34.910)	(39.350)
Resultado financeiro	(27.407)	(36.425)

- (a) O aumento nas rendas sobre aplicação financeira, deu-se principalmente em função da alta do CDI, que acumulou em 2022, a taxa de 12,39%, e acumulou em 2023, a taxa de 13,04%; e
- (b) A redução nos encargos da dívida ocorreu em função da variação do IPCA, que acumulou em 2022, a taxa de 5,79% e acumulou em 2023, a taxa de 4,62%.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros

19.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, debêntures e empréstimos e financiamentos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo dívida líquida sobre EBITDA.

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro 2023 e 2022, a Companhia não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

19.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023		2022	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	177	177	163	163
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	46.897	46.897	45.361	45.361
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	13.126	13.126	9.509	5.857
Total do ativo			60.200	60.200	55.033	51.381
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2023		2022	
			Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	-	Custo amortizado	4.922	4.922	5.784	5.784
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	337.795	339.657	353.386	355.375
Debêntures	-	Custo amortizado	57.355	67.571	56.058	50.851
Total do passivo			400.072	412.150	415.228	412.010

Caixa e equivalente de caixa – são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Aplicações financeiras – são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se doze meses, assim a Administração entende

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI.

Contas a receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais sujeitos a provisão para perdas e ajustes a valor presente, quando aplicável.

Fornecedores – decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos – tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3) e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Debêntures – são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA.

19.3 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A. é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria da controladora indireta Equatorial Energia S.A.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

(a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 177 (R\$ 163 em 31 de dezembro de 2022). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 - Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

(ii) Contas a receber

O Contas a receber da Companhia decorre de operações com empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão RAP é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência.

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 9 – Empréstimos e financiamentos e nº 10 – Debêntures.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(i) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

2023							
	Valor contábil*	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	337.795	488.916	5.960	28.876	34.030	101.374	318.676
Títulos de dívida emitidos com garantia	57.355	85.490	3.407	4.074	9.258	26.338	42.413
Fornecedores	4.922	4.922	4.922	-	-	-	-
Total	400.072	579.328	14.289	32.950	43.288	127.712	361.089

(*) os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação.

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 10.4 - *Covenants*, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

(c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros foi demonstrada em cinco cenários.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022.

A seguir é apresentado um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

			Impacto no resultado				
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	47.048	51.772	52.953	54.133	50.591	49.410
Impacto no resultado				1.181	2.362	(1.181)	(2.362)
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures							
	IPCA	(398.785)	(423.988)	(430.289)	(436.590)	(417.687)	(411.387)
Total de passivos financeiros		(398.785)	(423.988)	(430.289)	(436.590)	(417.687)	(411.387)
	IPCA			(6.301)	(12.602)	6.301	12.602
Impacto no resultado				(6.301)	(12.602)	6.301	12.602
Efeito líquido no resultado				(5.120)	(10.240)	5.120	10.240
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa projetada 31/12/2023	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		10,04%	13,04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
IPCA (%12 meses)		6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: B3.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

(d) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 9 – Empréstimos e financiamentos e 10 – Debêntures.

(e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o exercício da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

(f) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 905/2020 que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVA, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

(g) Riscos ambientais

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos;
- Educação e Conscientização ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

(h) Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

A Companhia entende que estruturou as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo, debêntures.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

20.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Atividades de financiamento

Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	481
Dividendos intermediários distribuídos	31.328
Dividendos adicionais de 2022 distribuídos	5.230
Realização da reserva de lucros a realizar	1.107
Total	38.146

20.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2022	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	353.386	(14.909)	(24.067)	23.385	337.795
Debêntures	56.058	(1.494)	(2.759)	5.550	57.355
Dividendos a pagar	6.381	(42.939)	-	38.146	1.588
Total	415.825	(59.342)	(26.826)	67.081	396.738

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas.

21. Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 21.187, decorrentes do resultado do exercício.

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-DF